



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12/10/2015
(Contém folhas)

ATA Nº 25

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:

Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	PSD
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereadores:		



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 12/10/2015

ATA Nº 25

----- Aos doze dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparecimento do Sr. Presidente, por motivos de ordem pessoal. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 28 de setembro de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências

----- Foi presente o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado entre o Ministério da Saúde, a Presidência do Conselho de Ministros, a Administração Regional de Saúde do Centro e o Município de Pampilhosa da Serra, celebrado no dia 18 de setembro de 2015. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

2.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1.1 - Missão de Estudo à Holanda, no âmbito do Programa CAPACITAR - 26 e 28 de outubro de 2015

----- O Sr. Vice-Presidente informou o restante Executivo, que o Sr. Presidente da Câmara foi convidado, através da DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, para participar numa Missão de Estudo à Holanda, entre os dias 26 e 28 de outubro do corrente ano, no âmbito do Programa CAPACITAR. Mais informou, que o Programa CAPACITAR, é uma iniciativa de capacitação da Administração Local para o Desenvolvimento Económico Local, que se desenvolverá pelo período do Portugal 2020, tendo em consideração a mudança de paradigma e reorientação das políticas públicas locais. Tem como meta cumprir os objetivos de qualificação e capacitação de autarcas, dirigentes, trabalhadores e outros agentes locais, para o desenvolvimento e a competitividade económica local. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a deslocação do Sr. Presidente à referida Missão de Estudo à Holanda. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.2.1 - Cancelamento de caução, prestada no âmbito do contrato de cessão de exploração do Café/Bar "Bar da Cal", celebrado em 11/07/2012

----- Considerando que: -----

----- - Em 11/07/2012, foi celebrado um contrato de cessão de exploração entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Srª Dª Paula Cristina da Costa Fonseca Santos, no qual se consignou a exploração do estabelecimento comercial, de nominado "Bar da Cal", bem como a utilização de todo o mobiliário, utensílios e demais bens móveis, propriedade do Município, que se encontravam no referido espaço comercial, relacionados em Anexos ao referido contrato; -----

----- Em cumprimento do preconizado na Cláusula Nona do contrato, a então



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

cessionária prestou caução, no valor de 10.000 €, mediante celebração de contrato de seguro caução com a companhia de seguros Zurich Insurance plc – Sucursal em Portugal – apólice nº 006168257; -----

----- - Em reunião ordinária realizada em 13/04/2015 a Câmara Municipal deliberou proceder à resolução do contrato de cessão de exploração em causa, determinando, outrossim, a realização de vistoria conjunta ao local e entrega das respetivas chaves; -----

----- - Notificada regularmente a ex-cessionária, a mesma não se pronunciou nem compareceu no local e data indicada para ser efetuada vistoria conjunta ao estabelecimento comercial, a fim de se verificar se as instalações se encontravam limpas e em perfeitas condições de serem devolvidas, conferir a existência de bens móveis e equipamentos, que constituem património do Município e entregar/rececionar as respetivas chaves (fls 485), foi determinada a execução coerciva da deliberação tomada em reunião de Câmara de 13/04/2015, no que respeita à realização da vistoria ao estabelecimento comercial em questão (fls 486 a 489); -----

----- - Realizada que foi a referida vistoria, conforme Auto de Ocorrência então lavrado (fls 491 a 495) a ex-cessionária foi notificada para proceder à reparação ou reposição dos bens em falta e efetuar o pagamento do valor, suportado pelo Município, com a substituição de fechaduras e canhões no estabelecimento em causa ou, em alternativa, pagar o valor, então apurado, equivalente ao preço médio de mercado para aquisição dos bens em falta e dos que se encontravam danificados; -----

----- - Não obstante, a ex-cessionária nada fez; -----

----- - Tendo, ainda, sido verificado que se encontravam por liquidar os valores respeitantes a faturas de águas, decorrentes do contrato de fornecimento do “Bar da Cal”, relativos ao período de leitura compreendido entre 15/04 e 15/06 de 2015 e que, nesta medida, atento o disposto no nº 4 da Cláusula 8ª a ex-cessionária se obrigava a assumir as respetivas despesas, foi a mesma notificada para que procedesse ao pagamento devido, sem que o tivesse feito; -----

----- Nesta sequência, foi acionada a apólice seguro caução nº 006168257, por forma a que o Município, atento o incumprimento das obrigações assumidas pela ex-cessionária, pudesse ser ressarcido dos valores em causa. -----

----- Pelo exposto e o demais constante no processo administrativo em causa, e considerando que a referida Companhia de Seguros procedeu ao pagamento das importâncias devidas, julga-se estarem reunidos os pressupostos para que se proceda ao cancelamento da Apólice de seguro caução nº 006168257, junto da Companhia de Seguros Zurich Insurance plc – Sucursal em Portugal. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder ao cancelamento da Apólice de seguro caução nº 006168257, junto da Companhia de Seguros Zurich Insurance plc – Sucursal em Portugal. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 – RECURSOS HUMANOS

2.3.1 – Pedido de Mobilidade

- Martinho Manuel Damas Lourenço

----- Foi presente uma informação do Serviço de Recursos Humanos, do seguinte teor: -

----- “ Foi presente um ofício do Município de Oleiros, a solicitar a mobilidade interna, do Assistente Operacional desta Câmara Municipal, Martinho Manuel Damas Lourenço. -----

----- A mobilidade traduz-se numa modificação transitória da situação funcional do trabalhador, dentro do mesmo órgão ou serviço, ou entre órgãos ou serviços diferentes, fundada em razões de interesse público, tendo em vista elevar a eficácia dos serviços através de um aproveitamento racional e de uma valorização dos recursos humanos da Administração Pública. -----

----- A mobilidade pode efetuar-se quando haja conveniência para o interesse público, designadamente por razões de economia, de eficácia e de eficiência dos órgãos ou serviços e carece de devida fundamentação. -----

----- A mobilidade interna tem a duração máxima de 18 meses, exceto quando esteja em causa órgão ou serviço, designadamente temporário, que não possa constituir relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado. -----

----- Há possibilidade de prorrogação do prazo de duração máxima por um período máximo de seis meses quando esteja a decorrer procedimento concursal que vise o recrutamento de trabalhador para posto de trabalho cujas atividades estejam a ser asseguradas por recursos à mobilidade. -----

----- Nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 94º da LTFP, a mobilidade, em qualquer das suas modalidades, pode operar por acordo entre os órgãos ou serviços de origem e de destino, mediante a aceitação do trabalhador.” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3 – DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 – SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 08 de outubro de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.072.737,79 € (Um milhão e setenta e dois mil



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

setecentos e trinta e sete euros e setenta e nove cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 269.960,41 € (duzentos e sessenta e nove mil novecentos e sessenta euros e quarenta e um cêntimos), num total de 1.352.569,93 € (Um milhão trezentos e cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e nove euros e noventa e três cêntimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4- DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

4.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

4.1.1 - Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2015-2017

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “Tendo em consideração o ajuste direto *“Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2015-2017”*, o adjudicatário, Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda apresentou em 22/09/2015 os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artº 81º do CCP e em conformidade com o ponto 14 do convite do concurso. -----

----- Nestes termos, propõe-se a V.Exª a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----

----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto na legislação em vigor, nomeadamente o Decreto Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro e alterações subsequentes e os elementos que fazem parte do concurso. -----

----- À consideração superior.” -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - OBRAS PÚBLICAS

4.2.1 - Requalificação do Espaço Envolvente à Escola EBI de Pampilhosa da Serra _ Liberação de caução _ Correção - Calado & Duarte, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada *“Requalificação do*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Espaço Envolvente à Escola EBI de Pampilhosa da Serra", a firma Calado & Duarte, Lda apresentou em 07/10/2015 um pedido de correção aos valores constantes da deliberação tomada em reunião de Câmara de 28/09/2015. -----

Assim e atento ao atrás exposto, e depois de verificado o cálculo dos valores retidos e a devolver / libertar, considera-se que a adjudicatária tem razão, já que a garantia bancária nº GAR/11301371, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 03/05/2011 no montante atual de 11.148,97 € deveria ter sido reduzida para 3.998,69 € e não para 4.776,82 € como constava da informação técnica e deliberação. -----

Assim e dado que à data a empreitada gozava das seguintes garantias: -----

1) Garantia Bancária nº GAR/11301371, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 03/05/2011 no montante inicial de 15.927,10 € e atual de 11.148,97 €; -----

2) Retenção de 67,70 € aquando do pagamento da revisão de preços; -----

Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se correção dos montantes constantes da deliberação de 28/09/2015 de acordo com o seguinte: -----

a) Redução do montante da garantia bancária nº GAR/11301371, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 03/05/2011 no montante de 11.148,97 € para 3.998,69 €; -----

b) Devolução do montante de 67,70 € retido aquando do pagamento da revisão de preços. -----

À consideração superior." -----

Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.2 – Revisão de preços definitiva_correção

- Empreitada: Reconversão Urbanística da Antiga Residência de Estudantes de Pampilhosa da Serra

- Adjudicatário: Joaquim Gaspar Gonçalves

Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

"Em 08/06/2015, a Câmara Municipal em reunião ordinária deliberou aprovar o cálculo referente à revisão de preços, apresentado pelos serviços técnicos, no montante de 13.558,47 € (treze mil quinhentos e cinquenta e oito euros e oitenta e sete centimos), a favor do Município. ----

Contudo, detetou-se que o referido cálculo não teve em consideração a suspensão do prazo da empreitada que ocorreu entre 05/01/2009 e 04/03/2009. -----

Assim e depois de efetuada a correção atrás mencionada, e refeitos os cálculos que se anexam, apurou-se um valor total a pagar pelo adjudicatário ao Município de 13.204,78 € (treze mil duzentos e quatro euros e setenta e oito centimos), de acordo com a fórmula prevista no contrato celebrado. -----

Nestes termos, e dado que o adjudicatário, através da guia nº 185/2015 datada de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

27/07/2015 procedeu ao pagamento do montante de 13.558,47 € (treze mil quinhentos e cinquenta e oito euros e quarenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa de 6%, o Município deverá devolver o montante de 353,69 € (trezentos e cinquenta e três euros e sessenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa de 6%.

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 - GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E EMPRESÁRIO

5.1.1 - Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra - Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Apoio ao Munícipe e Empresário, do seguinte teor: -----

----- “Deu entrada nos Serviços desta Autarquia, em 22 de junho de 2015, sob o registo nº 2813, um Requerimento / Candidatura, subscrito por Jorge Manuel Branco Moreira, na qualidade de Presidente da Direção da Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, associação com sede na Av. José António Areosa, nº 1, 3320-312 Pessegueiro, NIPC 500864519, no âmbito do Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra. -----

----- Estando a decorrer na referida data os prazos relativos ao Procedimento do Projeto de Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, foi elaborada uma informação dos serviços, datada de 2015-06-22, no sentido de ser dado posterior andamento ao processo para apreciação do Executivo, cumpridos os prazos legais do procedimento em questão, pelo que, sob a referida informação recaiu o seguinte despacho do Presidente da Câmara, datado de 22/06/2015 “Tendo em atenção a informação infra, determino que os serviços procedam à conferência e organização do processo para que seja submetido à Reunião de Câmara, depois de cumpridos os prazos legais.” -----

----- Face ao exposto, remete-se à consideração de V.Ex^a a Candidatura apresentada pela Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro ao Incentivo à Criação de Emprego, analisada à luz do Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, aprovado em Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, na sua sessão ordinária realizada no dia 12 de setembro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal, cuja deliberação foi tomada em reunião ordinária de 31 de agosto de 2015 e posteriormente publicado na 2ª série do Diário da República, nº 193, de 2 de outubro de 2015. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Neste sentido, constata-se que, de acordo com o cumprimento do Regulamento aprovado para o referido incentivo, a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro apresenta a Candidatura / Requerimento conforme o disposto no artigo 8º do Regulamento em vigor, anexando ao mesmo os documentos exigidos, de acordo com a Grelha de Verificação, que se anexa a esta informação. -----

----- Para usufruir deste incentivo, a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro refere que o posto de trabalho que criou, conforme consta do requerimento e cópia do contrato de trabalho em anexo, visa desenvolver atividades de Auxiliar de Serviços Gerais, no local de Pessegueiro. -----

----- Mais se refere que, de acordo com o disposto no ponto "5.2.1 - Elaboração de informação no sentido de estarem cumpridos os pressupostos definidos no presente Regulamento, para atribuição do Incentivo e consulta aos Serviços Financeiros da Autarquia a fim de aferir a existência de fundos disponíveis e o demais, visando o cumprimento da legislação que sobre a matéria estiver em vigor" do referido Regulamento, informa-se que este apoio financeiro tem compromisso na rubrica 0102 040701 430 2015/5049 ac1, com o número sequencial 17772, conforme informação dos Serviços Financeiros, datada de 2015-10-09. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o respetivo Protocolo de Colaboração. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

6.1 - LUDOTECA

6.1.1 Atividades - Casa da Criança da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação da Ludoteca, do seguinte teor: -----

----- "Na sequência de uma resposta que tem vindo a ser prestada pelo Município de Pampilhosa da Serra, através do Espaço - Ludoteca Pampilho à Casa da Criança da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, nomeadamente no desenvolvimento de atividades lúdico-pedagógicas, junto anexo e-mail rececionado pelos nossos serviços a solicitar novamente as referidas atividades para o ano letivo de 2015/2016." -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

6.2 - EDUCAÇÃO

6.2.1 - Atribuição de Plafonds por Sala de Aula - 1º CEB

- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----
- “ Dando continuidade ao apoio municipal concedido anualmente a todas as salas de aula do 1º CEB do Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra, para material pedagógico e de desgaste, propõe-se que os plafonds a atribuir no ano letivo 2015/2016 se mantenham os mesmos do ano letivo anterior, a saber: -----
- 150,00 € por sala de aula na EB 1 D. Eurico Dias Nogueira, Dornelas do Zêzere, Pampilhosa da Serra; -----
- 300,00 € por sala de aula na Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra. ---
- À consideração superior.” -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2.2 - Agrupamento de Escolas Escalada - Pampilhosa da Serra

- Protocolo de Colaboração - 1º Ciclo/Pré-Escolar
- Adenda

- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----
- “ Tendo em conta o Protocolo de Colaboração realizado entre o Município de Pampilhosa da Serra e Agrupamento de Escolas Escalada - Pampilhosa da Serra, aprovado em reunião de Câmara, realizada em 10/01/2006 e tendo por base a Candidatura a apresentar pelo Município à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Região Centro, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo para o Ano Letivo de 2015/2016, há necessidade de incluir no referido Protocolo os dados constantes da 10ª Adenda, que junto se remete a V.Exª para análise e aprovação do Executivo Camarário. -----
- No que se refere aos alunos do Ensino Pré-Escolar, também é necessário incluí-los na referida Adenda, na medida em que também estão a usufruir de refeições escolares na escola sede do Agrupamento. -----
- Face ao exposto, proponho a V.Exª que a 10ª Adenda ao Protocolo produza efeitos a partir de 21 de setembro de 2015, data em que se iniciou o fornecimento das refeições. -----
- À consideração superior.” -----
- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Vice-Presidente Jorge Alves Custódio e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




